

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.137 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2000



**Pedro Simon
destaca
manifesto
pela paz**

PÁGINA 8



**Mozarildo
denuncia
biopirataria
na Amazônia**

PÁGINA 4



**Lobão quer
apoio para
enfrentar
febre aftosa**

PÁGINA 4

**DJALMA BESSA:
CONSÓRCIOS, UMA
ALTERNATIVA PARA
MUNICÍPIOS POBRES**

PÁGINA 5

**JEFFERSON PÉRES:
ANISTIA ELEITORAL
VAI DESESTIMULAR
A AÇÃO DOS JUÍZES**

PÁGINA 6

**MINISTRO DO
SUPREMO DÁ
ENTREVISTA À
TV SENADO**

PÁGINA 3

Subcomissão do Judiciário ouve amanhã servidores do TRT-SP

Em 11 depoimentos marcados para amanhã e quarta-feira, senadores tentarão avançar na investigação das irregularidades relacionadas com a construção do fórum trabalhista



No dia 29, os membros da subcomissão vão ouvir o ministro do Planejamento, Martus Tavares

A Subcomissão Permanente do Poder Judiciário vai ouvir amanhã, a partir das 18h, o diretor-geral, José Geraldo Lopes, e outros seis funcionários do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP). Na quarta-feira, irão depor o atual presidente da Comissão de Licitação do TRT-SP, Edilson Rodrigues, e mais três juízes que o antecederam no cargo.

Com esses depoimentos, os integrantes esperam avançar na investigação da liberação de recursos federais para as obras superfaturadas do fórum trabalhista de São Paulo.

PÁGINA 3



Os senadores da CAE aprovaram projeto que pretende tornar economicamente viável o seguro rural no país

CAE

Segue para o Plenário proposta que cria sistema de seguro rural

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) encerrou a votação do projeto que institui o Sistema

Nacional de Apoio ao Seguro Rural. Assim, a matéria já está pronta para ser votada pelo Plenário.

PÁGINA 2

CCJ DISCUTE REGRAS PARA TRAMITAÇÃO CONJUNTA DE MATÉRIAS

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino, pretende encontrar uma forma de tornar automática a tramitação conjunta de matérias que tratam do mesmo tema, o chamado “apensamento”.

Agripino pediu ao senador José Eduardo Dutra que prepare um projeto de resolução para disciplinar o assunto.

PÁGINA 3

Projeto que institui sistema nacional de apoio ao seguro rural vai a Plenário

A proposta já teve parecer favorável aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos e pretende estimular a oferta do produto, quase inexistente no país devido à amplitude dos sinistros

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou em reunião no dia 8 último parecer favorável do senador José Alencar (PMDB-MG) favorável a uma das seis emendas de Plenário que buscavam modificar a proposta que institui o Sistema Nacional de Apoio ao Seguro Rural, todas elas apresentadas pelo senador Luiz Otávio (sem partido-PA). Com a decisão, o projeto de lei complementar de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA) está em condições de ser submetido à apreciação do Plenário.

Aprovada na comissão em setembro de 1999 com emenda do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a matéria foi pouco depois enviada ao Plenário, onde recebeu as seis emendas de Luiz Otávio, fazendo com que a proposta voltasse à CAE para que o relator desse seu parecer.

Como todas as outras modalidades de seguro no país, o rural é regido por decreto-lei de 1966 e subordinado à fiscalização da Superintendência Nacional de Seguros Privados (Susep). No entanto, como destaca Edison Lobão na justificativa de sua proposta, apesar de haver instrumentos legais para a implantação do seguro rural, o produto só é oferecido pela Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (Cosesp). Entre as razões para essa situação, o senador assinala a baixa lucratividade e o alto risco das operações de seguro rural, "devido à ocasional amplitude de sinistros".

Avaliação semelhante foi também feita pelo relator do projeto, José Alencar. Em seu parecer à CAE, o senador ressaltou que "esse tipo de seguro apresenta, como um dos principais fatores limitantes, a possibilidade de perdas elevadas, pela ocorrência da perda generalizada de lavouras causada por fatores cli-



A CAE aprovou semana passada parecer favorável a uma das seis emendas apresentadas em Plenário ao projeto

máticos adversos".

Ao propor a criação de um fundo de estabilidade, Alencar acredita que a proposta do senador Edison Lobão tem condições de assegurar a sobrevivência do sistema. O Fundo de Estabilidade do Seguro Rural previsto no projeto seria constituído pelos excedentes do máximo admissível como lucro nas operações de seguros, resseguros e retrocessões, limites cuja definição cabe à Susep. Percentual do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a ser fixado pelo Conselho Monetário Nacional também constituiria o fundo.

Outro ponto do projeto que, na opinião do relator, garantirá a implantação do produto é a obriga-



José Alencar, o relator: possibilidade de perdas elevadas é fator limitante do seguro rural

toriedade de o seguro de penhor rural ser atribuído às seguradoras que operam o seguro agrícola. Funcionaria, assim, como fonte de receita capaz de minorar "os impactos negativos de um seguro pouco lucrativo, como é o seguro agrícola".

O projeto de lei complementar define as várias modalidades de seguro rural: agrícola; pecuário; de bens, equipamentos, benfeitorias e produtos agropecuários; de crédito para comercialização de produtos agropecuários; e seguro temporário de vida dos produtores rurais. Estabelece ainda os objetos da cobertura, como o custeio das culturas permanentes e temporárias, ani-

mais de utilização econômica, inclusive fetos e embriões, equipamentos e instalações agropecuários, veículos e florestas cultivadas e de preservação ambiental.

A proposta que irá a Plenário distingue ainda os riscos a serem cobertos pelo seguro dos riscos excluídos de cobertura. Torna também obrigatório o seguro nas operações de crédito rural de custeio e investimento. No caso de lavouras produzidas com recursos próprios, o seguro rural seria facultativo.

Fiscalizado atualmente pela Susep, o seguro rural passaria, com a aprovação do projeto e a regulamentação da lei, a ser coordenado e fiscalizado por uma comissão federal permanente. Aos estados e municípios caberia o fornecimento das informações e recomendações técnicas necessárias à implementação do seguro rural em seus territórios.

Brasil 500



SEGUNDA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 – Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira
14h30 – Sessão não deliberativa

Quarta-feira
14h30 – Sessão não deliberativa

Quinta-feira
10h – Sessão não deliberativa

Sexta-feira
9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira
18h – Subcomissão Permanente do Judiciário
Pauta: depoimento dos diretores do Tribunal Regional do Trabalho (SP) Itagiba Souza de Toledo, Nancy Rosa Caruso, Ivan Fredi e José Geraldo Lopes e dos membros da Comissão de Licitação Sérgio Prado de Melo, César Augusto Gilii e Rubens Aprobato Machado. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

Quarta-feira
Subcomissão Permanente do Judiciário
Pauta: depoimento dos juizes presidentes da Comissão de Licitação do Tribunal Regional do Trabalho (SP) Jamil Zantut, Antônio José T. de Carvalho e Luis Carlos Gomes Godoi e dos juizes membros Décio Sebastião Daidone e Edilson Rodrigues. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

ESPECIAL

Quarta-feira
12h – Cultura ao Meio-Dia
Filme: *O hotel de um milhão de dólares*, de Wim Wenders. *Auditório Patrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Subcomissão ouve onze pessoas sobre obra do TRT

Funcionários do tribunal paulista e o diretor-geral do TST deverão falar amanhã, a partir das 18h, e na quarta-feira serão tomados os depoimentos de diversos juizes trabalhistas. Senadores querem ouvir também ministro do Planejamento

O diretor-geral do Tribunal Superior do Trabalho (TST), José Geraldo Lopes, e mais seis pessoas serão ouvidos amanhã, a partir das 18h, pela Subcomissão do Judiciário, para falar a respeito da liberação de recursos para a obra superfaturada do fórum trabalhista de São Paulo. Antes disso, os integrantes da subcomissão irão ao Banco Central, para audiência com o presidente daquela instituição, Arminio Fraga.

Ainda amanhã, a subcomissão apreciará requerimento do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) convidando Paulo Sérgio Cavalheiro, chefe do Departamento de Supervisão Direta do Banco Central, para prestar esclarecimentos sobre o rastreamento de contas e todos os fatos relacionados com sigilo bancário, já solicitados pelo Ministério Público e autorizados pelo Poder Judiciário.

Também deverão depor amanhã os seguintes funcionários do TRT-SP: Itagiba Souza de Toledo (diretor-geral de 1991 a 1993), Sérgio Prado de Melo (membro da Comissão de Licitação de dezembro de 1993 a se-

tembro de 1998), Nancy Rosa Caruso (diretora-geral de novembro de 1993 a setembro de 1994 e de setembro de 1996 a setembro de 1998), Ivan Fredi (diretor-geral de setembro de 1994 a setembro de 1996), César Augusto Gilii (membro da Comissão de Licitação a partir de fevereiro de 1999), Rubens Aprobato Machado (membro da Comissão de Licitação a partir de fevereiro de 1999).

Estão convidados para depor na quarta-feira os seguintes juizes: Jamil Zantut (presidente da Comissão de Licitação do TRT-SP de dezembro de 1991 a setembro de 1992), Décio Sebastião Daidone (membro da comissão de Licitação do TRT-SP de dezembro de 1993 a setembro de 1998), Antonio José de Carvalho (presidente da Comissão de Licitação do TRT-SP de setembro de 1998 a fevereiro de 1999) e Edilson Rodrigues (membro da Comissão de Licitação do TRT-SP de setembro de 1998 a setembro de 2000).

No dia 22 de agosto, a subcomissão ouvirá os seguintes ex-presidentes do TRT-SP: Rubens Tavares Aidar (de setembro de 1994 a

setembro de 1996), Floriano Vaz da Silva (de setembro de 1998 a setembro de 2000) e José Victório Moro (de setembro de 1992 a setembro de 1994).

Um dia depois (23 de agosto) serão ouvidos os seguintes ministros do Tribunal Superior do Trabalho: Almir Pazzianotto (atual presidente), José Ajuricaba da Silva (presidente de 1995 a 1996), Ermes Pedro Pedrassani (presidente de agosto de 1996 a agosto de 1998) e Wagner Pimenta (presidente de 1999 a 2000).

No dia 29 de agosto será ouvido o ministro do Planejamento, Martus Tavares. E no dia 30 a subcomissão tomará os depoimentos dos deputados João Coser, Hélio Rosas e Yeda Crusius e do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). Em setembro, serão ouvidos o governador Itamar Franco, de Minas Gerais (dia 12), o ministro Iram Saraiiva, do Tribunal de Contas da União (dia 13), o ex-secretário-geral da Presidência da República Mauro Durante (dia 19) e Lauro Bezerra, representante de escritório imobiliário em Miami (dia 20).



Subcomissão do Judiciário apreciará também requerimento que convida representante do BC para esclarecer rastreamento de contas dos envolvidos

Projetos que tratam do mesmo assunto podem ter votação conjunta

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino (PFL-RN), pediu ao senador José Eduardo Dutra (PT-SE) a elaboração de um projeto de resolução que torne automático o chamado "apensamento" e a votação conjunta de matérias correlatas em tramitação no Senado. O apensamento torna obrigatória a votação conjunta de projetos que tratam do mesmo assunto.

A proposta foi encaminhada durante reunião extraordinária da CCJ, na quinta-feira passada, quando o senador Edison Lobão (PFL-MA) levantou a possibilidade de que a comissão vote em conjunto as propostas de emenda constitucional dos senadores peemedebistas Iris Rezende (GO) e José Alencar (MG) que tratam da obrigatoriedade da execução do Orçamento Geral da União, inclusive emendas de parlamentares.

A proposta de Alencar, que obriga a execução das emendas de parlamentares ao Orçamento, volta a ser examinada pela Comissão de Constituição e Justiça após extensos debates em Plenário. Na comissão, a matéria foi distribuída ao senador Pedro Simon (PMDB-RS), que irá relatar a emenda número 1 de Plenário à PEC, subscrita pelo senador José Fogaça (PMDB-RS) e outros senadores. O colegiado também deve pronunciar-se nos próximos dias sobre a proposta de Iris, que torna obrigatória a execução da lei orçamentária anual. O relator, senador Edison Lobão, tem voto favorável, na forma de um substitutivo.

Como o apensamento de matérias depende de aprovação prévia do Plenário, o senador José Agripino decidiu, frente ao questionamento de Lobão, apresentar um projeto de resolução da CCJ tornando regular essa prática, independentemente de pedido específico ou aprovação de Plenário. Os senadores Edison Lobão e José Eduardo Dutra concordaram que a iniciativa vai tornar mais rápidos os trabalhos legislativos e resultar em economia processual. Para o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), esse mecanismo também vai evitar que a aprovação de uma matéria prejudique o andamento das outras.

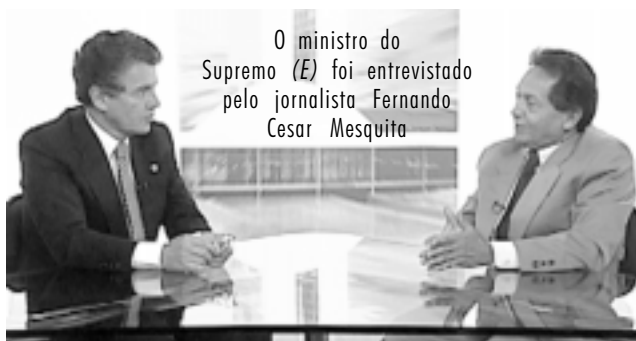
Para Marco Aurélio, a reforma do Judiciário, em tramitação no Congresso Nacional, não dará a celeridade necessária à Justiça. "Lastimavelmente, se não buscarmos a origem deste grande número de causas em trâmite, não poderemos resolver o problema. As mazelas do Brasil não podem ser consertadas pela edição de novos diplomas legais, mas sim fazendo-se cumprir os

Marco Aurélio culpa instabilidade por excesso de processos na Justiça

A instabilidade econômica vivida pelo país nas últimas décadas, com uma sucessão de planos econômicos, seria responsável pelo excesso de processos e conseqüente lentidão da Justiça brasileira, na opinião do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF)

Marco Aurélio Mello. Ele ressaltou que o STF tem apreciado 60 mil ações por ano. Durante entrevista ao jornalista Fernando Cesar Mesquita, ele afirmou que agora, com a inflação controlada, o Brasil vive uma instabilidade normativa. "Todas as vezes que são editadas novas leis, novas medidas provisórias, geram-se mais dúvidas, mais ações judiciais, com atropelamento do ordenamento jurídico em vigor", disse o ministro.

As posições do ministro Marco Aurélio Mello foram apresentadas no programa *Entrevista Especial*, levado ao ar pela TV Senado no fim de semana. Na ocasião, o ministro também manifestou-se contrário ao instituto da medida provisória.



O ministro do Supremo (E) foi entrevistado pelo jornalista Fernando Cesar Mesquita

"Nem mesmo o presidente Fernando Henrique, em sua consciência, considera a medida provisória instrumento adequado para governar. Mas ele tem um projeto em andamento, e necessita de um arcabouço normativo. Há, porém, três poderes da República, e o Congresso tem a função de legislar", salientou.

Para Marco Aurélio, a reforma do Judiciário, em tramitação no Congresso Nacional, não dará a celeridade necessária à Justiça. "Lastimavelmente, se não buscarmos a origem deste grande número de causas em trâmite, não poderemos resolver o problema. As mazelas do Brasil não podem ser consertadas pela edição de novos diplomas legais, mas sim fazendo-se cumprir os

que já existem", afirmou.

De acordo com o ministro, uma reforma mais eficiente poderia ser realizada no âmbito das leis ordinárias, atingindo em especial o que chamou de "parafernália de recursos". Marco

Aurélio também assumiu posição contrária à instalação do "feito vinculante", que, ao obrigar juizes de instâncias inferiores a seguirem as sentenças do STF, poderia diminuir o número de causas apreciadas pelo tribunal. "Parece a adoção da lei do menor esforço", observou.

Marco Aurélio, que deverá ser o próximo presidente do Supremo, pela regra de alternância que rege o tribunal, afirmou não haver razões para o governo temer sua atuação. "Tenho uma boa relação com o presidente Fernando Henrique. Não há motivo de preocupações. Minha carreira tem sido marcada pela defesa do interesse público, da norma legal e da supremacia da Constituição", observou.



A elaboração do projeto de resolução foi solicitada por José Agripino a José Eduardo Dutra: objetivo é tornar mais racional a apreciação das propostas

Quintanilha defende produção de transgênicos

O senador convenceu-se da necessidade de o Brasil investir em produtos modificados geneticamente, especialmente após viagem à região rural do estado norte-americano do Mississippi, grande produtor de milho, algodão e soja

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) relatou sua viagem à região rural do estado norte-americano do Mississippi para conhecer a agricultura dos Estados Unidos. As informações colhidas aumentaram a convicção do parlamentar de que o Brasil precisa rever sua posição quanto aos produtos modificados geneticamente, largamente cultivados naquela região. Para o senador, esses produtos são mais resistentes, menos dependentes de defensivos agrícolas e oferecem

menores custos.

Conforme Quintanilha, o Mississippi é rico em plantações de milho, algodão e soja. O senador viajou por uma semana, a convite da Associação Brasileira de Obtentores de Vegetais (Braspov), juntamente com um grupo de pesquisadores, professores, consultores e parlamentares. Foram visitadas fazendas, laboratórios, cooperativas de produtores, universidades, estufas e empresas que realizam pesquisas em busca de produtos melhores.



Para Leomar Quintanilha, produtos transgênicos são mais resistentes e oferecem menor custo

SIQUEIRA CAMPOS

Reportagem publicada na revista *Veja* com acusações ao governador do Tocantins, Siqueira Campos, recebeu críticas do senador Leomar Quintanilha. O parlamentar considerou o texto injusto e enumerou realizações do governador no estado.

— Siqueira Campos é um líder querido e respeitado pelo povo do Tocantins, tanto que foi eleito três vezes. Realizou uma verdadeira revolução socioeconômica na região, que apresenta um crescimento mai-

or do que a média nacional — disse, destacando a construção de uma usina hidrelétrica, a disponibilização de mais de 3 mil leitos públicos em hospitais, a criação de universidade e o desenvolvimento de Palmas, a “cidade que mais cresce no Brasil”.

Em aparte, o senador Djalma Bessa (PFL-BA) destacou o quanto Siqueira Campos lutou pelo Tocantins, chegando a fazer greve de fome pela criação do estado. Ele também elogiou o povo tocantinense por eleger a liderança de Siqueira Campos.

Lobão quer ajuda do Basa para o combate à febre aftosa no Maranhão



Edison Lobão: o Maranhão é o segundo maior exportador de carne bovina do Norte e Nordeste

Apelo à diretoria do Banco da Amazônia (Basa) para que a instituição colabore no esforço de recuperação da pecuária do Maranhão, ameaçada pela febre aftosa, foi feito sexta-feira pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). O parlamentar lembrou que já cobrou do Ministério da Agricultura amparo federal para o combate à doença. Solicitou também ajuda do Ministério dos Transportes para a recuperação das rodovias federais, que se encontram “intransitáveis”, prejudicando os negócios da pecuária no estado. Segundo Lobão, até o momento os pedidos não foram atendidos.

Apesar de admitir que o Banco da Amazônia não tem a obrigação de suprir as deficiências de outros setores da administração federal, Lobão observou que a salvação desse importante setor da economia maranhense está intimamente ligada aos objetivos da instituição, “basicamente de promover o desenvolvimento da região”.

O Maranhão é o segundo maior exportador de carne bovina do Norte e do Nordeste, possuindo um rebanho de 4,2 milhões de cabeças de gado. O setor gera 32 mil empregos diretos e 64 mil indiretos, conforme o relato do senador.



A entrevista com Aleida Guevara March, feita pelo jornalista Beto Almeida, vai ao ar hoje às 18h

TV Senado mostra as idéias da filha de Che

A filha do revolucionário Ernesto Che Guevara, Aleida Guevara March, concedeu à TV Senado entrevista exclusiva em que fala das idéias do pai diante da realidade do mundo de hoje. Ela dá ainda sua opinião sobre assuntos como o bloqueio econômico dos Estados Unidos a Cuba e a volta do garoto cubano Elián González ao seu país. O programa foi ao ar sábado e domingo, e será novamente mostrado hoje às 18h.

Aleida veio a Brasília para receber homenagem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e visitou o Congresso Nacional na última terça-feira. Ao passar pelo Plenário do Senado, cumprimentou o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, e foi saudada pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Depois, falou ao repórter Beto Almeida, nos estúdios da TV Senado.

A filha de Guevara, que é médica, viveu vários anos na África,

participando de programa de solidariedade promovido pelo governo cubano. Ela lembrou que esse tipo de ação humanitária está de acordo com o pensamento político de Che, que sempre privilegiou o internacionalismo.

Herdeira desse mesmo ideal, Aleida afirmou à TV Senado que ajudar a África significa apenas pagar uma parte da enorme dívida que têm com aquele continente todos os países construídos com o trabalho escravo. Ela disse estar feliz com o desfecho do caso Elián, mas demonstrou ceticismo com o anúncio de suspensão do bloqueio econômico pelos Estados Unidos.

Mas nem tudo é política na entrevista, que também mostra Aleida comovida ao ver, pela primeira vez, fotos do pai ao ser condecorado pelo então presidente Jânio Quadros. Ela também relata na entrevista suas lembranças de Guevara e de seus irmãos.

Mozarildo alerta contra biopirataria na Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez sexta-feira alerta contra a biopirataria nas áreas longínquas da Amazônia. “Pode chegar o tempo em que pagaremos *royalties* sobre patentes estrangeiras por um saber que nos foi literalmente roubado por conglomerados farmacêuticos que vasculham o conhecimento tradicional dos povos da floresta, à procura de substâncias novas com menor efeito colateral do que as existentes no mercado.”

Segundo o parlamentar, a moeda de troca do roubo do bioconhecimento é a miséria e o abandono em que vivem os índios e as populações ribeirinhas da Amazônia. Ele pediu a imediata aprovação pelo Congresso do Estatuto das Sociedades Indígenas, como primeiro passo para modificar a atual situação e proteger os

povos da floresta e seus conhecimentos tradicionais.

Mozarildo afirmou haver ainda uma segunda forma de biopirataria: aquela que ocorre sob a capa de convênios de cooperação científica, que permitem a entrada de cientistas estrangeiros para pesquisas em território brasileiro. Segundo o senador, por falta de fiscalização adequada, amostras de material biológico saem livremente do país, sem que se saiba para onde vão.

O parlamentar lembrou reunião recente de 20 pajés, em Brasília, que, observa, estão conscientes da riqueza e sabedoria que detêm. Eles reivindicam parte dos dividendos que seus conhecimentos venham a render, e querem a parceria com universidades para avaliar o saber empírico de seu povo.



Segundo Mozarildo, empresas farmacêuticas vasculham o conhecimento dos povos da floresta

O instrumento para viabilizar esse novo relacionamento entre a sociedade dos brancos e as sociedades indígenas é o estatuto em tramitação na Câmara dos Deputados, em regime de urgência, afirma Mozarildo. “O documento trata da proteção ao direito autoral e à propriedade intelectual dos indígenas, garantindo que seus conhecimentos e modelos só serão utilizados com o consentimento das próprias comunidades.”

Djalma Bessa sugere consórcios intermunicipais

A divisão das responsabilidades entre os municípios consorciados em áreas como saúde, educação e segurança pública pode ajudá-los a melhorar a qualidade dos serviços prestados e a desafogar as regiões metropolitanas, afirma senador



Para Djalma Bessa, os consórcios podem ajudar os municípios mais pobres a enfrentarem a escassez de recursos

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) defendeu a formação de consórcios intermunicipais entre as cidades que ainda não possuem serviços sociais básicos, como saúde, educação e segurança, como forma de desafogar as regiões metropolitanas. O consórcio, segundo informou, é uma espécie de pacto entre os municípios, no qual é estabelecida a divisão das responsabilidades de políticas e ações conjuntas.

Para o senador, essa é uma fórmula que já vem sendo usada, com

sucesso, em vários países europeus, e promove a interiorização do desenvolvimento, com melhores serviços públicos e mais racionalidade na utilização dos recursos. Djalma Bessa acrescentou que o próprio Banco Mundial recomenda a formação dos consórcios entre pequenos municípios para prestação de serviços públicos comuns.

O senador observou que a Constituição federal prevê a formação de consórcios, ao autorizar a gestão associada de servi-

ços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

— As soluções conjuntas trazem benefícios para toda a população, e é preciso difundir as vantagens da modalidade nos municípios mais pobres, principalmente na área da saúde, porque, isoladamente, não há recursos suficientes para a compra de equipamentos ou para a contratação de profissionais — concluiu ele.

Lúcio Alcântara elogia rigor do MEC com faculdades de medicina

A decisão do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, de fechar as faculdades de medicina que não funcionarem de acordo com os padrões mínimos de qualidade exigidos pelo MEC foi elogiada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O parlamentar afirmou que o Brasil precisa ser rigoroso e exigente na fiscalização dos cursos que formam profissionais que cuidarão da vida de seres humanos, mas também de outras entidades que prestam serviços à comunidade.

— Sempre entendi que o processo de avaliação dos cursos nas universidades brasileiras era um avanço institucional para o processo de aprimoramento da educação superior. É a garantia de que podemos esperar um mínimo de qualidade no ensino superior do país, já que a proliferação de cursos sem condições de funcionar, sobretudo no caso das ciências ligadas à vida, é um atentado — comentou Lúcio Alcântara.

Na opinião do senador, o Ministério da Educação deve permanecer vigilante e rigoroso na fis-

calização das faculdades. Lúcio Alcântara destacou que os pais fazem um sacrifício enorme pagando pequenas fortunas em anuidades e muitas vezes são enganados: seus filhos terminam frequentando escolas que não oferecem condições mínimas de preparação para o exercício profissional.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) comentou que não podem existir “fábricas de diploma”. Ele afirmou que, no mundo globalizado, os profissionais precisam estar preparados

para atuar de maneira competitiva. “Temos que cuidar com critério da formação de nossa juventude”, observou.

CAMDESSUS

Lúcio Alcântara comentou também a nomeação do ex-diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI) Michel Camdessus como conselheiro do Vaticano. Ele disse esperar que Camdessus se esforce para reduzir ou perdoar as dívidas dos países mais pobres.

No seu entender, o mundo precisa de “maior entrelaçamento entre a economia e a ação social”. Referindo-se ao Brasil, Alcântara afirmou que o país não pode apenas se preocupar em manter a estabilidade econômica, por meio das políticas de juros ou câmbio, mas deve cuidar das pessoas que formam a sociedade “e têm seus interesses legítimos e aspirações de uma vida melhor”.



Alcântara: “A proliferação de cursos sem condições de funcionar é um atentado”



A proposta de limites morais para as pesquisas genéticas consta de documentos da Unesco

Ética deve fixar limites para as pesquisas do genoma humano, diz parlamentar

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) manifestou-se a favor do estabelecimento de limites éticos à pesquisa genética. Alcântara saudou os avanços que vêm sendo obtidos pelos cientistas que tentam mapear os genes humanos, mas defendeu a proposta de Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos apresentada em 1993 pelo Comitê Internacional de Bioética da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Segundo a proposta, o genoma humano está na origem da unidade fundamental de todos os membros da família humana, sendo, em sentido simbólico, a “herança da Humanidade”. Assim, todas as pessoas têm direito ao respeito por sua dignidade, independentemente de suas características genéticas.

Apesar de estimular as pesquisas a respeito do genoma, em função dos progressos na prevenção e tratamento das doenças, o comitê alerta para práticas nocivas como a clonagem reprodutiva de seres humanos. Intervenções nos genes das células de embriões também são consideradas “potencialmente ofensivas à Humanidade”.

— O conhecimento do genoma humano já se apresenta como uma realidade incontornável. Não podemos ignorar os benefícios que certamente advirão dessas experiências, nem tampouco os seus riscos potenciais para a integridade humana — disse Lúcio Alcântara.

Na opinião do senador, o Poder Legislativo deve desempenhar papel ativo na criação da moldura legal e política em torno da pesquisa do genoma.

Projeto pode reduzir casos de queimadura

O Senado enviou à Câmara na sexta-feira projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que institui o Dia Nacional de Luta Contra Queimaduras. A matéria foi aprovada no início de junho, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação (CE) e, como não houve recurso para votação em Plenário, segue direto para a apreciação dos deputados.

Caso o projeto seja aprovado pela Câmara, fica estabelecido que o dia 6 de junho será dedicado à

luta contra queimaduras e, ainda, que o Ministério da Saúde está autorizado a estabelecer a Semana Nacional de Prevenção e Combate a Queimaduras, a ser comemorada em período próximo a 6 de junho. A matéria foi relatada por Sebastião Rocha (PDT-AP).

Para justificar sua proposta, Alcântara argumentou, citando dados do Ministério da Saúde, que cerca de 2,2 mil pessoas vítimas de queimaduras são atendidas mensalmente pelo sistema públi-

co de saúde, o que corresponde a um gasto de R\$ 1,5 milhão. A maioria dos acidentes, de acordo com o senador, ocorre dentro de casa e atinge principalmente crianças e adolescentes.

Por isso, Alcântara considera importante o estabelecimento de uma data destinada à divulgação de medidas preventivas visando à redução de tais acidentes. A data escolhida, 6 de junho, é uma homenagem à fundação da Sociedade Brasileira de Queimaduras.

Requião pede explicações para sobra de campanha

Senador estranha que denúncia do ex-ministro José Eduardo Andrade Vieira não esteja merecendo destaque na grande imprensa ou nas redes de TV e indaga: “Onde estarão os 100 milhões de dólares?”

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) cobrou do presidente Fernando Henrique Cardoso explicações sobre uma possível sobra de dinheiro da campanha eleitoral de 1994, orçada em US\$ 100 milhões, conforme denúncia do ex-ministro, ex-senador e ex-coordenador da campanha presidencial José Eduardo Andrade Vieira. Para Requião, o país não pode ficar sem essas explicações, porque as denúncias aprofundam ainda mais a crise “do já comprometido governo de Fernando Henrique Cardoso”, que o senador classificou de “entreguista e corrupto”.

– Onde estarão os 100 milhões de dólares da sobra da campanha? Debaixo da cama do presidente, no travesseiro da senhora Ruth Cardoso ou nas Ilhas Caiman? – indagou Roberto Requião, que considerou “cínico e hipócrita” o comportamento do presidente da República quando, segundo disse, tenta fazer de tudo para abafar as denúncias e desautorizar as declarações de seu ex-coordenador de campanha. Requião também criticou o presidente por negar a existência do chamado caixa dois, comum em qualquer eleição majoritária.

O senador estranhou que de-



Para Roberto Requião, “o governo está entregando o país ao capital estrangeiro”

núncias tão graves não estejam merecendo destaque na grande imprensa ou nas principais redes de televisão. Mas, observou, tal comportamento tem uma explicação: a maior parte da mídia está comprometida com o governo Fernando Henrique “e esconde a verdade de toda a população”.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) concordou com Requião e se mostrou surpreso com a ausência de qualquer notícia dando conta das denúncias de Andrade Vieira: “O mais grave é que as denúncias não encontram eco nem

nas lideranças dos partidos que dão sustentação ao governo, incluindo o próprio presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. É preciso que o fato seja esclarecido”, afirmou Simon, lembrando que, por muito menos, quase o presidente do Estados Unidos, Bill Clinton, perde o mandato ao se envolver em um caso amoroso com uma de suas secretárias. “E ele teve de prestar todos os esclarecimentos”, arrematou o senador gaúcho.

Roberto Requião entende que não é somente o caso da sobra de

campanha, ainda não esclarecida, que está levando o governo de Fernando Henrique Cardoso ao descrédito. Segundo ele, a venda de 31,7% das ações ordinárias da Petrobras – 60% desse total na Bolsa de Nova Iorque (cerca de R\$ 1,5 bilhão) – demonstrou que o governo está entregando o país ao capital estrangeiro. Requião disse que o Senado tentou impedir a venda, através da aprovação do projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), mas foi sufocado pelo “rolo compressor” da base governista, que adiou a votação.

– O responsável pelo assalto à Petrobras tem um nome: Fernando Henrique Cardoso. Ele está acabando com o país e deve ser responsabilizado pelos seus atos. No Brasil de hoje, prevalecem os interesses dos grandes grupos econômicos e de multinacionais, as mesmas que financiaram a campanha dele. Vivemos outra década perdida – afirmou Roberto Requião, para quem a corrupção toma conta do país.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) sugeriu ao Congresso Nacional a abertura de um processo de crime de responsabilidade contra o presidente Fernando Henrique Cardoso.



Jefferson Péres afirma que anistia de multas contraria os anseios da sociedade

Jefferson critica anistia a crimes eleitorais

A derrubada do veto presidencial à anistia de crimes eleitorais praticados nas últimas eleições foi criticada sexta-feira pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). O veto foi derrubado na quarta-feira pelo Congresso Nacional. Segundo Jefferson Péres, além de legislar em causa própria concedendo-se uma “auto-anistia”, deputados e senadores jogaram um “balde de água fria” nos anseios da sociedade por uma legislação eleitoral mais rigorosa e correta.

O senador disse que no seu estado, o Amazonas, a Justiça Eleitoral está sendo “muito dura” no julgamento de infrações na atual campanha para as eleições municipais. Com a derrubada do veto presidencial, segundo Jefferson, o Congresso desestimula a ação dos juízes eleitorais.

– Lamento que o Congresso Nacional tenha aprovado essa ampla anistia, atingindo todos os que praticaram crimes eleitorais. Por isso venho à tribuna para manifestar a minha inconformação e o meu protesto contra essa decisão tomada por deputados e senadores – salientou Jefferson Péres.

Para Heloísa, reunião com procuradores mostrou incoerências do ex-secretário

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) avalia que a reunião da Subcomissão do Judiciário com os procuradores que investigam o desvio de recursos na obra do TRT-SP comprovou incoerências no depoimento do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge. Uma delas foi a afirmação de que seu irmão, Marcos Jorge Caldas Pereira, integrante de um escritório de advocacia, não teria prestado serviço à empresa Incal durante o processo de construção do fórum trabalhista de São Paulo. Os procuradores apresentaram memorial assinado por ele defendendo a continuação da obra.

A senadora voltou a defender a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para aprofundar as investigações iniciadas pela CPI do Judiciário sobre o desvio de recursos na construção do fórum trabalhista e também apurar o suposto envolvimento do ex-secretário-geral da Presidência na intermediação de interesses privados dentro do setor público.

Heloísa Helena criticou o que considera “ofensiva do governo e de parlamentares da base governista no sentido de tentar desqualificar os procuradores que apresentaram denúncia contra Eduardo Jorge”. Ela afirmou que no depoimento à Subcomissão Permanente do Judi-



Heloísa Helena voltou a defender a instalação de uma CPI

ciário os procuradores da República, principalmente Guilherme Schelb e Luiz Francisco de Souza, foram vítimas de uma campanha de calúnia e difamação “feita por membros da bancada governista contra o Ministério Público”.

– Vamos continuar trabalhando na Subcomissão do Judiciário, onde já apresentamos requerimentos solicitando informações sobre a movimenta-

ção financeira de Eduardo Jorge, seus familiares e de outras personalidades diretamente envolvidas em indícios de intermediação de interesses privados no setor público. Esperamos também que o governo federal disponibilize as informações sobre as ligações feitas pelos telefones que Eduardo Jorge usava no Palácio do Planalto – afirmou Heloísa Helena.

Ademir destaca 50 anos de empresa amazônica

Formado por imigrantes japoneses que se instalaram na região na segunda metade da década de 40, Grupo Y. Yamada atua em áreas de vital importância para o desenvolvimento, na avaliação do senador

Ademir Andrade ressaltou a contribuição da empresa para a área social



O senador Ademir Andrade (PSB-PA) anunciou a comemoração, na próxima quarta-feira, dos 50 anos de fundação do Grupo Y. Yamada, que atua em diversos setores empresariais na região amazônica. O grupo foi formado por uma das famílias de imigrantes japoneses que se instalaram na região a partir da segunda metade da década de 40.

— Deste propósito de pioneirismo resultou uma das mais simbólicas páginas da história paraense, marcada de modo inquestionável pela contribuição dos imigrantes japoneses, que emprestaram sua ancestral sabedoria e experiência em áreas de vital impor-

tância para o desenvolvimento da região — afirmou Ademir.

INÍCIO

O senador contou que o grupo iniciou suas atividades com uma loja no centro de Belém e hoje possui 29 lojas e unidades comerciais, espalhadas pelo estado, que têm 4 mil funcionários e atendem cerca de 780 mil clientes. O grupo também é formado por 13 empresas agregadas em torno da *holding* Y. Yamada S/A Indústria e Comércio, que atuam com importação e exportação de produtos, comércio de equipamentos náuticos e automotivos, de material de construção, de informática,

eletroeletrônicos e lojas de departamentos.

O senador elogiou as atividades socioculturais e educativas da Fundação Yoshio Yamada (nome do precursor do grupo), que mantém projetos destinados a crianças e adolescentes da rede pública de ensino. Também citou as campanhas antiarmas e antidrogas encampadas pelos empresários.

Conforme depoimento de Ademir, o grupo Y. Yamada figura na lista das 500 maiores empresas privadas do país no ano de 1999, além de destacar-se em primeiro lugar em crescimento no segmento “lojas de departamento”.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Debate* — Senador Lúcio Alcântara e o cineasta Wolney Oliveira falam sobre o filme *Milagre em Juazeiro* — *Vida de Padre Cícero*
7h30 — *Entrevista* — Senador Geraldo Althoff fala sobre os concursos públicos
8h — *Especial*: “Gustavo Capanema, um modernista no Ministério”
8h30 — *Paisagens Brasileiras* — Brasília (DF)
9h — *Cores do Brasil* — Diamantina
9h30 — *Entrevista* — Senador Ricardo Santos fala sobre a produção de café
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
11h30 — *Entrevista Especial* — Min. Marco Aurélio
12h30 — *Revista Brasília*
13h30 — *Debate* — Senador Lúcio Alcântara e o cineasta Wolney Oliveira falam sobre o filme *Milagre em Juazeiro* — *Vida de Padre Cícero*
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — *Entrevista Especial* — Aleida Guevara
19h30 — *Debate* — Senador Lúcio Alcântara e o cineasta Wolney Oliveira falam sobre o filme *Milagre em Juazeiro*

— *Vida de Padre Cícero*

20h30 — *Entrevista* — Senador Geraldo Althoff fala sobre os concursos públicos
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Novo esquema de funcionamento será implantado a partir de 1º de setembro

Museu do Senado tem novo horário de visitas a partir de setembro

A partir de 1º de setembro, o Museu do Senado terá novo horário de visitas: às segundas, terças e quartas, funcionará das 9h às 12h30, e às quintas e sextas, das 14h às 18h. A informação é do diretor da Secretaria de Informação e Documentação, Paulo Afonso Lustosa de Oliveira, que explicou que os horários

antigos coincidiam com as sessões legislativas, e o grande movimento de visitantes atrapalhava o trabalho dos senadores.

Paulo Afonso disse que a alteração vai oferecer também aos senadores a opção de atender seus convidados na área do museu, que é próxima do Plenário, quando a área não estiver aberta

ao público. Outro objetivo é proporcionar à equipe do museu um horário de expediente interno, dedicado a reuniões de planejamento.

De acordo com Paulo Afonso, não haverá mudança no horário de visitas aos sábados e domingos, quando são oferecidos *tours* com guias às 10h, 11h, 12h, 13h e 14h.

Cultura ao Meio-Dia apresenta O hotel de um milhão de dólares

O filme *O hotel de um milhão de dólares*, do diretor Wim Wenders, é a atração do projeto Cultura ao Meio-Dia na próxima quarta-feira.

A trama se passa em Los Angeles, em 2001, em um antigo

hotel que abriga o submundo da cidade. O hotel torna-se destaque na imprensa quando um de seus residentes, o traficante Izzi, cai do telhado. O elenco é composto pelos atores Jeremy Davles, que vive Tom Tom, jovem ingênuo que se

apaixona por Eloise (Milla Jovovich), e Mel Gibson, que interpreta Skinner, o detetive encarregado de investigar os acontecimentos.

O projeto Cultura ao Meio-Dia, desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, apresenta sessões de cinema todas as quartas-feiras, às 12h, no Auditório Petrônio Portella, com entrada franca.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Simon apóia manifesto da Unesco pela paz

Documento faz parte de campanha que visa à “transição de uma cultura de guerra, violência e discriminação para um novo tempo em que os valores mais destacados sejam a paz, o diálogo, a tolerância e a solidariedade”

Fogaça elogia atuação da CCJ e de ACM para votar o novo Código Civil

O senador José Fogaça (PMDB-RS) afirmou na sexta-feira que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) cumpriu seu papel aprovando parecer sobre as atualizações feitas por comissão especial da Câmara dos Deputados ao texto do projeto de Código Civil, compatibilizando-o com a Constituição de 1988. Fogaça elogiou a atuação do presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, que permitiu a “exequibilidade” política do projeto, já aprovado no Senado.

— Antonio Carlos Magalhães convocou parlamentares para garantir a conclusão dessa reforma crônica — disse Fogaça, que espera até o final do ano, após votação final pela Câmara, a sanção do novo Código Civil pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

José Fogaça destacou que o Código Civil vigente começou a ser examinado pelo Congresso Nacional em 1901 e foi aprovado em 1916. No Senado, foram apresentadas por



José Fogaça avalia que as mudanças atualizam e modernizam o Código Civil

Rui Barbosa, na condição de relator, 1.700 emendas. A reforma do Código teve início em 1961, no governo Jânio Quadros, mas o projeto em exame só chegou ao Congresso Nacional em 1975, informou.

O senador disse que o projeto de novo Código ganhou as feições que tem hoje sob a relatoria do ex-senador Josaphat Marinho e do deputado federal Ricardo Fiúza, de 1997 para cá. Nesse período, cerca de 500 emendas no Senado e 300 na Câmara

foram examinadas. Em 1º de julho a matéria chegou ao Senado para análise definitiva da CCJ, a fim de verificar se o texto é compatível com a Constituição de 1988. A CCJ aprovou o texto, fazendo recomendações como, por exemplo, a retirada do capítulo que trata de adoções, indicando o uso do Estatuto da Criança e do Adolescente para regulamentação da matéria.

— Agora, falta só a Câmara finalizar seu processo de votação — observou o senador.

Fogaça destacou que cerca de 80% das emendas foram apresentadas na área de Direito da Família e, entre as principais inovações, destacou a determinação da maioria de civil aos 18 anos, incorporação do conceito de união estável, possibilidade de que qualquer dos cônjuges adote o sobrenome do outro.

— O texto incorpora novos padrões morais, éticos e de conduta da sociedade, atualizando e modernizando o Código — resumiu.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) chamou a atenção dos parlamentares para o Manifesto 2000, lançado este ano pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) como parte da campanha *Por uma Cultura de Paz e não-Violência*. O objetivo da campanha é garantir “a transição de uma cultura de guerra, violência e discriminação para um novo tempo em que os valores mais destacados sejam a paz, o diálogo, a tolerância e a solidariedade”.

O Manifesto 2000, destacou Simon, foi elaborado por um grupo de ganhadores do Prêmio Nobel da Paz, entre os quais Nelson Mandela, Mikhail Gorbachev e o Dalai Lama, durante as comemorações, em Paris, dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Depois de abertura em que é explicado o objetivo da campanha, o texto segue como um declaração de compromissos do leitor: “Reconhecendo a parte de responsabilidade ante o futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje e de amanhã, me comprometo, em minha vida diária, minha família, meu trabalho, minha comunidade, minha região



Pedro Simon chamou a atenção dos parlamentares para a importância do Manifesto 2000

e meu país a respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminar nem prejudicar”, diz o preâmbulo do manifesto, seguido do primeiro compromisso.

“A verdade é que, em nível planetário, a cultura da violência — calcada no conceito do ‘inimigo’ — nos conduziu ao atual estágio, em que os cidadãos de umas poucas nações gozam de elevados padrões de vida, enquanto uma grande maioria vive mergulhada na miséria e na violência. Não é possível que o homem, neste novo milênio, continue a ser o mesmo de sempre: violento, egoísta e ambicioso”, diz o documento.

Jucá afirma que TCU tem desempenhado um papel insubstituível

O trabalho do Tribunal de Contas da União (TCU) na defesa dos recursos públicos recebeu elogio do senador Romero Jucá (PSDB-RR). A probidade dos gestores, avalia o senador, constitui uma prioridade da sociedade.

— O TCU tem desempenhado um papel insubstituível, participando de forma significativa na melhoria da administração pública, dando contribuição ímpar para a eficiente aplicação do dinheiro público e para a efetiva consecução das políticas e dos programas de governo — opinou.

De acordo com o senador, as transformações que atualmente ocorrem em ritmo “vertiginoso” nos mais diversos setores da sociedade impõem ao aparelho do Estado um “profundo processo de redefinição de suas funções e formas de atuação”. Dentro desse quadro, Jucá aponta o setor responsável por assegurar “a efetiva



e regular gestão dos recursos públicos federais, em benefício da sociedade”, como uma área que vem enfrentando “renovados e maiores desafios”.

— Atento à necessidade de adequar o exercício de suas funções ao novo contexto da administração pública, o TCU vem realizando um excelente trabalho de revisão e aprimoramento dos mecanismos de fis-

calização, sem o qual não teria conseguido atender ao substancial aumento da carga de trabalho que se tem observado no período recente — acrescentou o parlamentar.

Como exemplo desse trabalho, Jucá observou que ao longo de 1999 o Tribunal de Contas da União



Romero Jucá informa que ao longo de 1999 o Tribunal de Contas da União apreciou quase 10 mil processos

apreciou quase 10 mil processos, em quase 200 sessões, sendo que as tomadas e as prestações de contas, juntamente com as tomadas de contas especiais, chegaram a quase 4 mil processos. “Desse total, mais de 800 processos foram julgados irregulares, levando à con-

denação de 845 responsáveis ao pagamento de multa ou ao ressarcimento de débito em valor superior a R\$ 36 milhões”, frisou.

Os processos de cobrança executiva que o Ministério Público junto ao TCU encaminhou à Advocacia-Geral da União, prosseguiu o senador, foram quase 400 em 99. Na área de fiscalização, o tribunal realizou mais de 550 auditorias e inspeções.

— A confiança da sociedade e da classe política nos serviços do Tribunal de Contas da União, na expectativa de que as irregularidades apontadas sejam investigadas com seriedade e competência, só tem crescido — avalia Jucá.

— Esse aumento de credibilidade está refletido no substancial acréscimo do número de representações e denúncias autuadas pelo tribunal em 1999, que em comparação com o exercício anterior teve um incremento superior a 50 por cento — concluiu.